

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO DO PERÍODO DE 1995- 2003 FRENTE ÀS ALTERAÇÕES MACROECONÔMICAS

Caroline Miriã Fontes Martins

CPF: 044.552.066-39

Doutoranda em Administração da Universidade Federal de Lavras
karolfontes@uol.com.br

R. Afonso Pena, 245, Centro – Lavras/MG CEP: 37.200-000

Maria Cecília Pereira

CPF: 039.515.846-02

Doutoranda em Administração da Universidade Federal de Lavras
cecília@navinet.com.br

R. José Laurente, 175, Bairro Cruzeiro do Sul - Lavras/MG CEP: 37.200-000

Renato Elias Fontes

CPF: 857.057.646-34

Doutorando em Administração da Universidade Federal de Lavras
refontes@ufla.br

Campus Universitário - Caixa Postal 37 - CEP 37. 200-000 Lavras – MG

Chrystian Teixeira Rocha

CPF 037.894.946-23

Graduando em Administração da Universidade Federal de Lavras
chrystian@yahoo.com.br

R. João Chrysostomo Pedroso, 673, Centro – Lavras/MG CEP: 37.200-000

Luiz Gonzaga de Castro Junior

CPF: 327.011.792-20

Prof. Dr. do Departamento de Administração da Universidade Federal de Lavras
lgcastro@ufla.br

Campus Universitário - Caixa Postal 37 - CEP 37. 200-000 Lavras – MG

5 - POLÍTICAS SETORIAIS E MACROECONÔMICAS APRESENTAÇÃO EM SESSÃO SEM DEBATEDOR

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO DO PERÍODO DE 1995-2003 FRENTE ÀS ALTERAÇÕES MACROECONÔMICAS

Resumo

Pretendeu-se neste trabalho compreender as alterações no padrão de consumo dos brasileiros, a partir da análise da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos anos de 1995-1996 e 2003-2004. No intuito de conhecer os aspectos influenciadores de tais mudanças, foi realizada uma análise do cenário macroeconômico do período de 1995 a 2003. Adicionalmente, traçou-se um paralelo com o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo no período analisado. Desse modo, observou-se a deterioração do ambiente macroeconômico e das condições sócio-econômicas da população. Dentre principais modificações da estrutura despesa total ocorridas, destaca-se a mudança na despesa com habitação, despesas correntes, ou seja, as despesas necessárias para fazer face às necessidades diárias. Ainda como reflexo, observa-se que a participação da despesa para aumento do ativo diminuiu, o que indica que o brasileiro está gastando maior parte da sua renda para cobrir as despesas diárias do que para constituir ou elevar seu patrimônio.

Palavras-chave: comportamento do consumidor, mudança macroeconômica, pesquisa de orçamento familiar

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO DO PERÍODO DE 1995-2003 FRENTE ÀS ALTERAÇÕES MACROECONÔMICAS

1. Introdução

As modificações nos fatores macroeconômicos no ambiente institucional podem provocar alterações no comportamento do consumidor, uma vez que se alteram as taxas juros, o crédito disponível, as taxas cambiais, o crescimento econômico, o nível de emprego e o comportamento dos preços. Estes fatores, por sua vez, são produtos do ambiente institucional e dos acontecimentos como crises internas ou externas, entre outros aspectos, os quais desencadeiam as políticas econômicas em um país.

O desempenho da economia brasileira no período de 1994 a 2003 foi marcado por sucessivas ondas de enfrentamento de crises (internas e externas) que colaboraram para o desaquecimento da economia em períodos específicos e afetaram diretamente os indivíduos. Nesse sentido, os consumidores brasileiros tiveram as rendas depreciadas e a forma como a qual estes despendiam a renda entre as suas despesas tiveram que ser alteradas, tanto para as despesas correntes como as de capital.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizou nos anos de 1995/1996 e 2003/2004 a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Esta pesquisa tem como objetivo principal pesquisar as despesas monetárias, que correspondem aos gastos em dinheiro efetuados pelas famílias, além das realizadas através de cartões e cheques pré-datados. A sua realização é importante para que os índices de preços da inflação sejam reestruturados, uma vez que a partir desta pesquisa pode-se compreender como os brasileiros estão despendendo as suas rendas. Nesta pesquisa são analisadas as seguintes categorias, tais como: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação/cultura, fumo, impostos/contribuições, despesas diversas, aumento do ativo e diminuição do passivo.

Com base no exposto, o presente trabalho pretende analisar as alterações ocorridas no comportamento do consumidor brasileiro a partir do relacionamento das POF's 1995/1996 e 2003/2004, com os fatores macroeconômicos, bem como com o comportamento preço, traduzidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE. O indicador, calculado pelo IBGE, reflete a variação dos preços para famílias com recebimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos e serve como parâmetro para o regime de metas para a inflação.

Considera-se este estudo relevante uma vez possibilita compreender como as alterações no ambiente macroeconômico refletem no comportamento do consumidor brasileiro, ou seja, como este foi afetado e teve que reestruturar seus gastos.

2. Cenário Institucional do Período de 1996 a 2003

O comportamento do consumidor pode ser alterado em função da atuação dos fatores macroeconômicos do ambiente institucional, tais como: taxas juros, crédito disponíveis, carga tributária, política de câmbio, desempenho econômico, nível de emprego e comportamento dos preços. Esses fatores, por sua vez, são produtos do ambiente institucional e dos acontecimentos, crises internas ou externas, entre outros aspectos, os quais desencadeiam as políticas econômicas em um país.

O desempenho da economia brasileira no período de 1994 a 2003 foi marcado por sucessivas ondas de enfrentamento de crises (internas e externas) que colaboraram para o desaquecimento da economia em períodos específicos. A implementação do Plano Real em 1994 e as políticas econômicas implementadas ao longo do período de 1994 a 2003 tiveram como objetivo central a consolidação do processo de estabilização econômica. No

início da década de 90, a orientação do Estado com relação a sua forma de atuação na economia passou por um processo de modificação, no qual se adotou um modelo centrado nos mecanismos de mercado, com políticas comercial e financeira liberalizantes, privatização e desregulamentação dos mercados, dentre outras medidas. (NISHIJIMA, TONNOKA, 1999)

Anterior ao ano de 1994, o Brasil apresentava elevados índices de inflação incorrendo no risco de apresentar um processo hiperinflacionário aberto. O programa de estabilização monetária, o Plano Real, implementado em julho de 1994, rompeu com este antecedente de altos índices de inflação, reduzindo sensivelmente as taxas inflacionárias. Para tanto, utilizou-se a âncora cambial como o esteio da estabilização monetária. (NISHIJIMA, TONNOKA, 1999)

2.1 Política Cambial e Taxa de Juros

Tendo esse cenário em vista, os investimentos no país se elevaram sensivelmente, resultando em um grande volume de entrada de capital estrangeiro, o que gerou uma valorização expressiva da taxa de câmbio do real, a qual chegou a atingir em janeiro de 1995 o patamar de R\$ 0,84 por dólar. Com isso, a balança de transações correntes passou a apresentar déficits crescentes, o que refletiu na dependência brasileira ao capital estrangeiro com vistas a fechar as contas do balanço de pagamento. (NISHIJIMA, TONNOKA, 1999)

A crise cambial no México, ocorrida em dezembro de 1994, afetou a economia brasileira e resultou na saída de capitais estrangeiros do país. Esta saída, conseqüentemente, gerou uma pressão sobre a política cambial brasileira, a qual foi alterada para o sistema de bandas e mini-bandas em março de 1995. Com o intuito de administrar as expectativas do mercado e manter o regime cambial em vigor, o governo elevou a taxa de juros e utilizou as reservas internacionais como instrumentos de defesa da taxa de câmbio estipulada.

Novamente, em outubro de 1997 a política cambial brasileira foi afetada pela crise asiática, a qual resultou na redução das reservas internacionais em cerca de US\$ 10 bilhões e a duplicação da taxa de juros de 20% para 40% ao mês.

A situação política cambial brasileira agravou-se após a desvalorização do rublo e a declaração de moratória na Rússia em agosto de 1998. Em função disso, as reservas cambiais foram sensivelmente reduzidas, chegando, somente nos meses de agosto e setembro, a uma redução de US\$ 25 bilhões. Adicionalmente, para sustentar o câmbio foi estabelecida uma política de juros elevados. Em setembro de 1998, a taxa de juros chegou a atingir 49,75% ao mês.

No ano de 2000, a economia brasileira apresentou uma ligeira melhora devido ao cenário internacional favorável, o que levou a uma redução das taxas de juros e elevação da oferta de crédito. Este cenário positivo se reverteu em 2001, devido ao desequilíbrio na economia Argentina, ao evento do ataque terrorista as torres gêmeas nos EUA e ao racionamento do consumo de energia elétrica frente à ameaça de não fornecimento. Tal situação culminou na elevação das taxas de juros e de câmbio como forma de acalmar as expectativas do mercado financeiro, reduzir a demanda e evitar a inflação.

Em 2002, a sucessão presidencial gerou incertezas no mercado internacional quanto à continuidade da política econômica adotada pelo governo Fernando Henrique, bem como quanto ao cumprimento pelo governo sucessor das obrigações assumidas perante a comunidade internacional. Adicionalmente, repercutiu negativamente para a economia a redução do financiamento externo ao país. Tais fatos tiveram como resultante a elevação da taxa de câmbio e de juros do país, bem como o declínio dos gastos com investimentos e na redução do consumo de bens

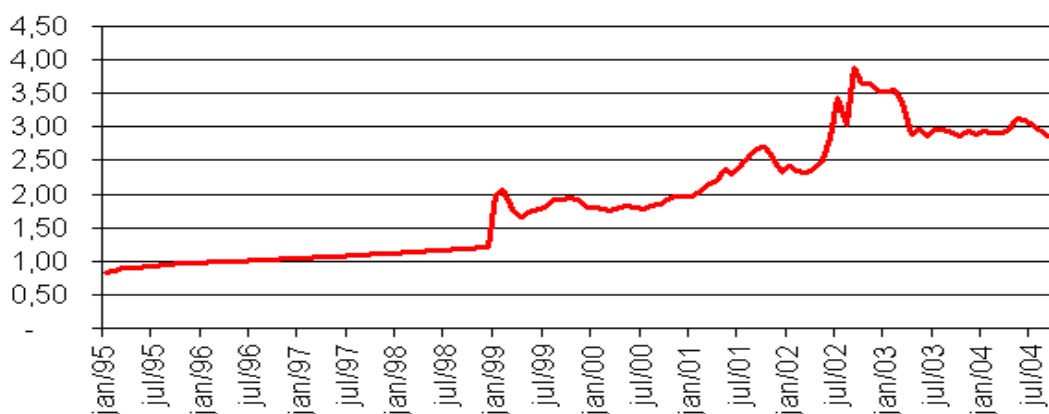
com maior valor agregado, com impactos negativos nos setores da indústria de bens de capital, da construção civil e automobilística. Contudo, refletiu positivamente para aqueles setores voltados ao mercado externo, em especial o setor agrícola, o qual teve a sua rentabilidade elevada.

No primeiro semestre ano de 2003, período do levantamento da POF 2003/2004, persistiram no ambiente os desdobramentos do processo de transição presidencial, tais como a depreciação do câmbio, elevação do risco país, redução dos recursos externos e impactos sobre o nível geral de preços.

É possível observar que de 1995 a 2003, a cada nova crise interna ou internacional verificava-se a retirada significativa do capital estrangeiro de curto prazo do país, a remessa de lucros e dividendos por empresas multinacionais, bem como o pagamento pelas empresas e bancos brasileiros das dívidas contraídas no exterior. Tendo isso em vista, a taxa de juros e as reservas internacionais eram utilizadas para administrar as expectativas do mercado e reduzir esses comportamentos. Dessa forma, nesses períodos o Governo Brasileiro promovia a elevação da taxa de juros no intuito de evitar a evasão de capital estrangeiro. Embora a elevação dos juros apresenta-se como um instrumento vital para estancar as saídas de capitais, ela também repercute sensivelmente no desenvolvimento do país, pois inibe o investimento no setor produtivo nacional, o que conseqüentemente afeta as taxas de desemprego e renda. Além disso, a elevação da taxa de juros conduz ao aumento da dívida pública uma vez que eleva a remuneração dos títulos desta dívida.

Por meio da figura I, pode-se observar a evolução da taxa de câmbio Real/US\$ e verificar que esta se elevou significativamente do ano de 1995 a 2003, sendo que nos anos base de levantamento (2002/2003) da POF de 2003-2004 a taxa de câmbio teve um aumento brusco, o qual foi fortemente influenciado pelo evento da sucessão presidencial.

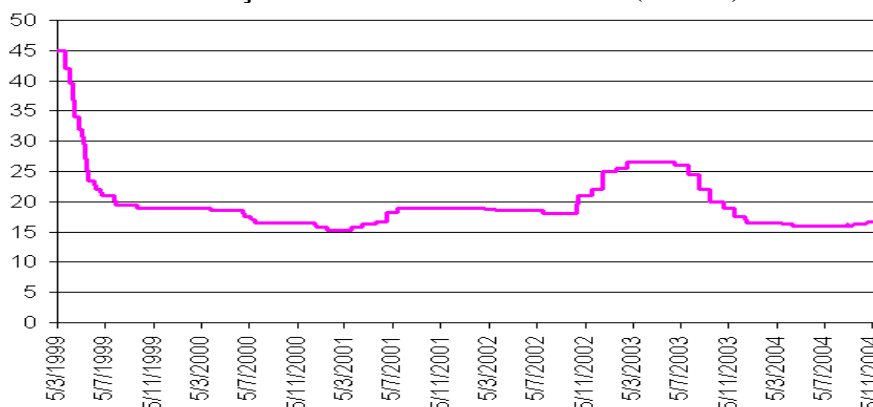
FIGURA I – Evolução da Taxa de Câmbio (Real/US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil

Na figura II são apresentadas às taxas de juros do país do período de 1999 a 2004, em que se verifica que no ano de 1999 quando da crise russa a taxa de juros brasileira apresentava-se elevadíssima no patamar de 45% a.m. a fim de conter a saída de capital estrangeiro. Constata-se também, nos anos base de levantamento (2002/2003) da POF de 2003-2004, que a taxa de juros sofreu uma elevação significativa devido às incertezas e aos rumores de descontinuidade política provocados pela ocasião das eleições presidenciais em 2002.

FIGURA II – Evolução da Taxa de Juros COPOM (%/a. a.)



Fonte: Banco Central do Brasil

2.2 Taxa de Crédito

No que tange à disponibilidade de crédito em 1994, os bancos buscavam o ajustamento de suas políticas para compensar as perdas de receitas que advinham dos ganhos inflacionários, pois estas não mais estavam presentes em uma economia estabilizada. Para tanto, se valeram da expansão das operações de crédito. No período de 1994 a 1995 o crédito total apresentou um crescimento de 21,1% (PAULA et al, 1998). Entretanto, com o advento da “bolha de crédito”, fenômeno que poderia prejudicar a meta de estabilidade, o crescimento da oferta de crédito tendeu à lenta recuperação no período após a implementação do Plano Real (SOARES, 2002). Em função disso, de 1995 a 1996, a evolução no crescimento do crédito total foi de 8,1%. Vale ressaltar que em 1996 houve a redução do custo de crédito e a expansão dos prazos de financiamento. Nesse contexto, inclui-se a redução gradual, mas expressiva, das taxas de juros básicas.

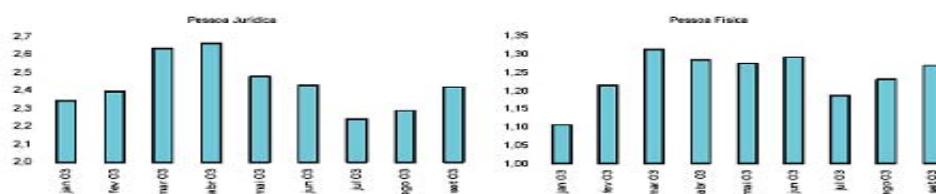
Em 1997, a evolução da economia brasileira esteve condicionada, em grande medida, ao enfrentamento dos desequilíbrios provocados pela crise financeira originada nos mercados do sudeste asiático. Nesse contexto, o crescimento da oferta de crédito desacelerou para 3,6% do crédito total em 1997, podendo ser explicado pela elevação na taxa de juros básica. Esse cenário permaneceu nos anos de 1998 e 1999, momento em que a economia brasileira enfrentou novos constrangimentos em função da instabilidade na Rússia, a qual provocou a mudança no regime cambial brasileiro, levada a efeito em janeiro de 1999. Assim, a partir deste período as perspectivas quanto à trajetória da economia eram desenhadas em um cenário que considerava a elevação nas taxas de juros e o provável enrubescimento da inflação, resultante do impacto desfavorável da desvalorização do real. As expectativas quanto à evolução do nível de atividade econômica em 2000 mostravam-se positivas no início do ano, referendadas pelo cenário internacional favorável e por indicadores de inflação em patamar excepcionalmente reduzido. De maneira geral, o cenário favorável manteve-se ao longo do ano, sustentado em parte pelo declínio das taxas de juros e por medidas de política monetária que precisavam aumentar a oferta de crédito e a redução dos custos vinculados aos empréstimos.

O movimento foi reverso em 2001 e 2002, quando o cenário de crises levou à estagnação do volume de crédito. Em 2001, cabe destacar os desequilíbrios da economia Argentina e os ataques terroristas aos Estados Unidos, ocorridos em setembro. Internamente, o racionamento imposto ao consumo de energia elétrica gerou impactos desfavoráveis sobre os fluxos de consumo e de investimentos, constituindo-se no principal determinante da evolução industrial no segundo semestre. Em 2002, os impactos sobre a oferta de crédito foram decorrentes das repercussões do processo eleitoral e da redução do financiamento externo ao país. O ambiente de incertezas se fez sentir de modo mais

intenso a partir do segundo trimestre deste ano, refletindo-se primeiramente nos indicadores de expectativas, na taxa de câmbio e na evolução do crédito. Em 2003, com a tendência de queda em relação às taxas de juros das operações de crédito, o crédito total apresentou expansão nominal de 3,1% em relação ao de 2002.

Ao voltar-se mais especificamente ao crédito disponível ao setor privado, tem-se que no setor produtivo, o cenário foi de crescimento do crédito de até 1998, a partir do qual apresentou tendência de queda. No setor serviço, houve crescimento a partir de 1994. Tal como se pode observar na Figura III, a participação no crédito disponível das pessoas nos anos de 1994 a 1998 foi de 8% e a partir de 1999, observa-se uma participação de 15% com tendência de crescimento.

FIGURA III – Crédito livre – Novas Concessões (Média Diária em R\$ bilhões)



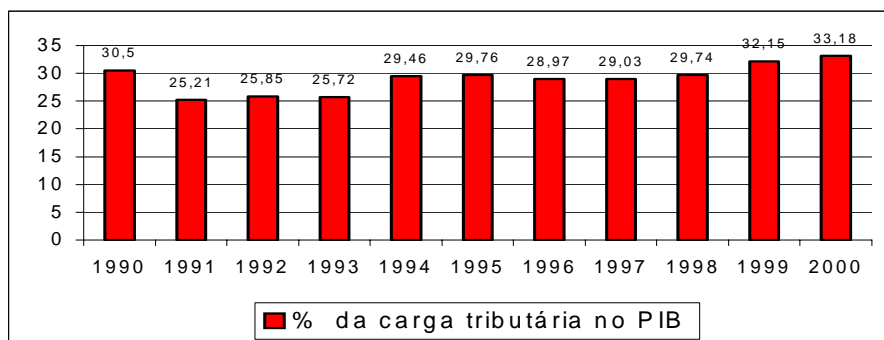
Fonte: Banco Central do Brasil

A oferta de crédito e a taxa de juros refletem, muitas vezes, a atividade produtiva do país e influenciam tanto nos preços e no custo de produção de bens e serviços, como na decisão do consumidor quando se refere à oferta de crédito para pessoas físicas. A atividade produtiva (Produto Interno Bruto) em 1996 expandiu-se 2,9%, sendo o quarto ano consecutivo de taxas de crescimento positivas e a inflação anual medida pelo INPC situou-se em 9,12%, sua menor taxa histórica. O crescimento do PIB apresentou evolução de 3% e 0,12%, em 1997 e 1998 respectivamente. A inflação manteve trajetória descendente nesse período favorecidas, principalmente pelo reaquecimento da demanda interna, pela adequada oferta de produtos agrícolas *in natura*, pela redução dos preços dos combustíveis, assim como pela concorrência internacional, dado o nível de abertura da economia. No período de 1999 a 2003 o nível de atividade manteve crescimento, embora em níveis abaixo das expectativas. Com isso, é relevante atentar para o comportamento dos preços nesse cenário.

2.3 Carga Tributária

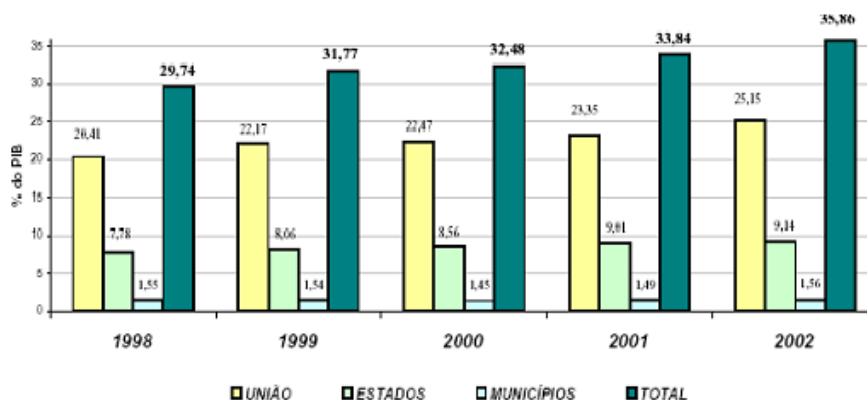
Os tributos funcionam como importante fator explicativo para a evolução dos preços. De 1998 a 2002, a carga tributária bruta teve um crescimento anual médio de 3,8%. Em 2003, o aumento foi de 13,2% em relação a 2002, correspondendo a 35,8% do PIB. Com relação à evolução da em relação ao PIB pode-se observar as figuras IV e V dispostas abaixo.

FIGURA IV – Evolução da Carga Tributária em relação ao Produto Interno Bruto no período de 1990 a 2000



Fonte: Banco Central do Brasil

FIGURA V – Carga Tributária Bruta de 1998 a 2002



Fonte: Banco Central do Brasil

2.4 Trajetória de Preços

No que diz respeito mais especificamente aos preços, em 1996 o IPC-Fipe atingiu 10,03%, frente a 23,17% em 1995, mantendo a tendência de desaceleração pelo terceiro ano consecutivo. Em 1996, as taxas anuais dos principais indicadores situaram-se entre 9,12% e 10,03%, comparativamente ao intervalo de 14,77% e 23,17% verificado em 1995.

Em 1997, a inflação manteve tendência de queda e as taxas de variação dos principais índices de preços que, em 1996, situaram-se em 9,12%, caíram para 4,34%. A continuidade da trajetória decrescente do movimento dos preços decorreu, principalmente, da significativa queda na variação relativos aos bens e serviços não-comercializáveis. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrou variação de 4,34%. Em 1998, a média da variação dos índices de preços INPC e IPC-Fipe situou-se em 0,33%, comparativamente a 4,59% no ano anterior, enquanto a variação média do IGP-DI e do IGP-M atingiu 1,75%, contra 7,61% em 1997. Os principais índices de preços variaram entre queda de 1,79% e elevação de 2,49%, ante ao intervalo de 4,34% a 7,74% em 1997. Vários fatores motivaram a desaceleração dos preços no período. Dentre esses, cabe destacar: manutenção da taxa de juros em patamar elevado, o que contribuiu para reduzir a demanda e inibir o crescimento dos preços; retração das cotações das *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional com reflexos no mercado interno; adequada oferta de produtos agrícolas *in natura* proporcionada por condições climáticas favoráveis;

redução nos preços dos combustíveis, possibilitada pela desregulamentação de sua comercialização e intensificada pela concorrência entre os postos.

A trajetória descendente da inflação, observada ao longo de 1998, alterou-se no início de 1999, em decorrência principalmente da desvalorização cambial. Seus efeitos sobre os índices foram captados com maior intensidade em fevereiro, sobretudo pelos preços por atacado, onde é grande a importância tanto de produtos importados, como matérias-primas e trigo, quanto exportáveis, como café, soja, aves e carne bovina. Vale ressaltar que, nesse período, além do crescimento das taxas de inflação, o comportamento da taxa de câmbio e episódios no âmbito institucional, como as Comissões Parlamentares de Inquérito do Sistema Financeiro e do Poder Judiciário, contribuíram para formar ambiente de incertezas, com deterioração das expectativas relacionadas tanto à evolução da economia quanto ao comportamento dos preços nos meses seguintes. A partir do segundo trimestre de 1999, entretanto, observou-se recuo expressivo das taxas mensais dos índices de preços, fato atribuído, em parte, às mudanças na condução da política monetária. Considerando os principais indicadores de preços, o IPCA registrou taxa de 8,94% em 1999, ante 1,65% em 1998. Além dos fatores que determinaram o comportamento dos preços, já mencionados. O INPC, que se diferencia do IPCA apenas quanto à população-objetivo, abrangendo famílias com renda entre 1 salários mínimos, apresentou elevação de 8,43% em 1999, ante alta de 2,49% no ano anterior.

A evolução dos preços em 2001 esteve influenciada pelos choques adversos ocorridos no ano, sobretudo os de origem externa, que exerceram pressões sobre o câmbio, com repercussões diretas no comportamento dos preços administrados e dos preços livres. Além disso, o aumento da demanda externa de carnes e a restrição da oferta de produtos agrícolas importantes na cesta do consumidor pressionaram os preços da alimentação. As taxas de inflação registradas no início do ano foram relativamente elevadas, em parte devido a fatores sazonais, como mensalidades escolares e alimentos *in natura*, e aos reajustes dos preços administrados, como ônibus urbano e energia elétrica, em capitais do país com peso expressivo na composição dos índices. O IPCA acumulou variação de 7,7% em 2001.

Em 2002, a evolução dos preços também esteve influenciada pelas pressões da depreciação cambial. Adicionalmente, a restrição da oferta de produtos agrícolas importantes na cesta do consumidor pressionou os preços da alimentação, sobretudo no segundo semestre. Considerando a evolução dos preços ao longo do ano, observou-se, nos dois primeiros trimestres, taxas mensais e inflação praticamente estáveis, e relativamente baixas, em torno de 0,5%. Desse modo, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 2,9% no primeiro semestre. O IPCA acumulou variação de 12,5% em 2002.

2.5. Evolução do mercado de trabalho e indicadores de empregos

Outro fator de relevância na análise do comportamento do consumidor e de suas despesas é o contexto do mercado de trabalho e os indicadores de emprego. No período analisado de 1995 a 2003 observou-se a queda do nível de empregos, em um primeiro momento e posteriormente, recuperação desses níveis. Porém, deve-se atentar para o rendimento médio que apresentou movimento contrário dos empregos, ou seja, embora em alguns períodos os níveis de emprego apresentassem números favoráveis, o rendimento apresentava queda. Isso significa que o poder aquisitivo médio diminuiu refletindo diretamente na capacidade de consumo do brasileiro.

O mercado de trabalho caracterizou-se por redução do nível de emprego durante 1996. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, o nível de emprego formal do país decresceu 1,2% em 1996, com o fechamento de 304,9 mil postos de trabalho. Os

indicadores de salários e rendimentos continuaram a registrar ganhos reais em 1996, mesmo com a desindexação gradativa dos salários, a partir da implementação do programa de estabilização. De acordo com pesquisa do IBGE em seis regiões metropolitanas, o rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou em média 7,4% em 1996.

Os indicadores de emprego continuaram a registrar queda em 1997. A persistência de resultados negativos desde 1995 decorreu, em parte, da continuidade dos processos de estabilização e de integração competitiva do Brasil à economia mundial (avanços tecnológicos na produção e substituição de insumos internos por importados) e do custo elevado dos encargos sociais gerados pela mão-de-obra. A taxa média de desemprego aberto calculada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas elevou-se em 1997, atingindo 4,8% em dezembro comparativamente a 3,8% ao final de 1996. Em 1997, os indicadores de salários e rendimentos registraram ganhos reais, em parte explicados pela menor variação nos índices de preços no período. Comparativamente a 1996, observou-se crescimento menos intenso, ainda que generalizado, em todos os setores e categorias de ocupação, com aumento de 2% em 1997.

Em 1998, o emprego formal do país reduziu-se em 2,7% com a eliminação de 581 mil postos, de acordo com levantamento do Ministério do Trabalho. Comparativamente aos anos anteriores, observou-se generalizada tendência de queda da renda, resultado compatível com o menor dinamismo da atividade econômica, ficando em 0,4% em 1998. Em 1999, o comportamento dos indicadores do mercado de trabalho refletiu principalmente o nível de atividade. O modesto crescimento do PIB, aliado à manutenção dos dispositivos legais para contratações e demissões, não permitiu geração de empregos em número suficiente para reduzir o patamar da taxa de desemprego, mais elevado desde 1998.

A evolução dos indicadores de salários e rendimentos, ao longo de 1999, sinalizou tendência generalizada de queda, tanto para empregadores quanto para assalariados, mostrando recuo de 9,31% na massa real de salários.

Ao longo de 2000, os indicadores de emprego traduziram a recuperação do nível de atividade, evoluindo favoravelmente, nos segmentos formal e informal. O desemprego aberto medido pelo IBGE, considerando taxas do ano, declinou significativamente, atingindo patamar semelhante ao de 1997, enquanto as estatísticas do emprego formal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostraram a interrupção da tendência de queda do nível de ocupação, delimitada desde 1995.

Tal comportamento estendeu-se para o ano de 2001, apresentando a menor média da taxa de desemprego dos últimos quatro anos, 6,23%. À exceção dos dois últimos meses do ano, os demais registraram percentuais inferiores aos observados em 2000. No entanto, o rendimento médio das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC, diminuiu 3,8% em 2001, quarto ano consecutivo de queda, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas. A redução de poder aquisitivo em 2001, mais intensa do que no ano anterior, refletiu, basicamente, a perda de dinamismo do nível de atividade, bem como as taxas de inflação mais elevadas.

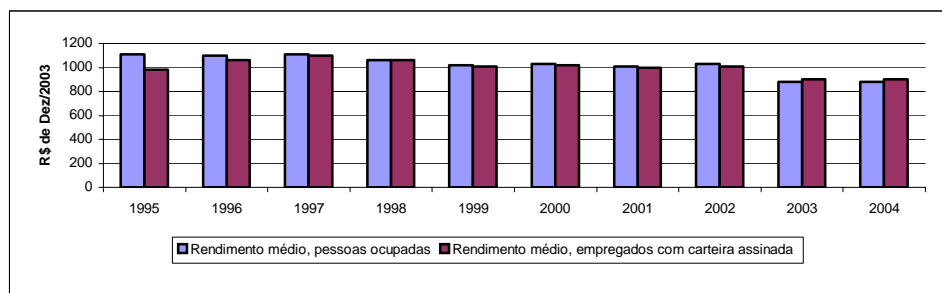
A evolução do mercado de trabalho, em 2002, caracterizou-se pelo crescimento recorde no número de vagas criadas no setor formal da economia em todo país, conforme as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também o emprego informal gerou ocupações, superando 100 mil novas vagas nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Contudo, as taxas de desemprego, que haviam mostrado tendência declinante em 2001, tornaram a elevar-se como reflexo do aumento da população economicamente ativa, superior ao crescimento das ocupações. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a taxa média do ano registrou 7,1% ante 6,2% em 2001. A evolução dos indicadores de salários e rendimentos mostrou perda de poder aquisitivo em

2002 em todos os setores e categorias ocupacionais pesquisados. Conforme levantamento da PME, os rendimentos médios dos trabalhadores recuaram 3,8%, em 2002, até novembro, quando deflacionados pelo Índice Nacional e Preços ao Consumidor (INPC).

A taxa de desemprego aumentou em 2003 e atingiu, no mês de junho, o pico de 13% da população economicamente ativa (PEA) brasileira, uma elevação de 2,5% em relação a dezembro de 2002.

Na figura VI é possível observar a evolução da renda no Brasil, na qual se verifica que nos anos da POF 1995-1996 a renda foi superior aos anos de 2002 e 2003, período que corresponde ao do levantamento da POF 2003-2004.

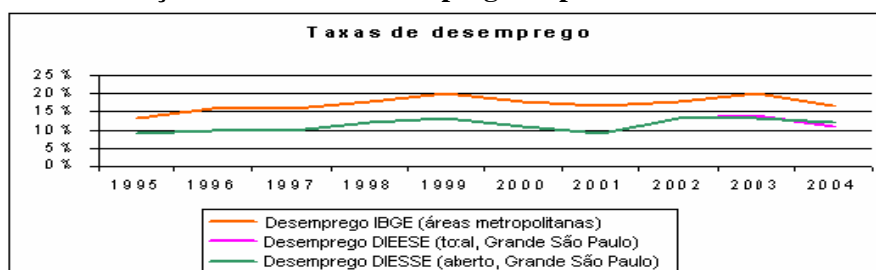
FIGURA IV – Evolução da Renda no período de 1995 a 2004



Fonte: IBGE

Por meio da Figura VII, é possível verificar que relativamente a período da POF de 1995-1997, as taxas de desemprego foram superiores nos anos de 2002 e 2003, anos em que foi realizado o levantamento da POF 2003-2004. Tendo isso em vista, adicionalmente a renda, verifica-se uma redução no poder aquisitivo da população.

FIGURA VII – Evolução das taxas de desemprego no período de 1995 a 2004



Fonte: IBGE/DIEESE

3. Análise do Comportamento do Consumidor Brasileiro 1995-2003 por categoria de despesa

3.1 Comportamento dos preços

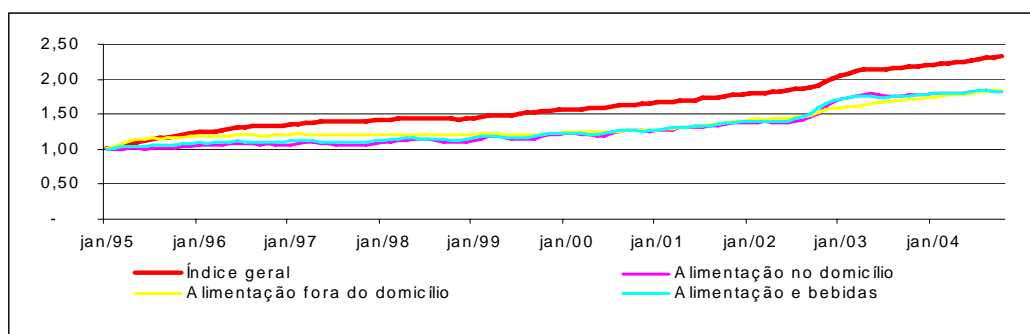
O comportamento do consumidor pode ser explicado pela evolução dos preços nos diversos setores de consumo. A evolução dos preços pode ser analisada a partir dos dados do IBGE relativos ao índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). No Brasil, de 1995 a 2004, os preços reais praticados em diversos setores como alimentação, habitação, transporte, entre outros, apresentaram tendência de crescimento.

No setor de alimentação (Gráfico I), observa-se que os preços apresentaram tendência de aumento, porém permaneceram abaixo do IPCA-geral a partir de 1996, momento em que diminuiriam os impactos sobre a renda devido à implementação do Plano

Real. Os preços dos alimentos e bebidas tiveram altas acentuadas a partir de 2002, com tendência à estabilização no final de 2003, período no qual a alimentação fora do domicílio apresenta tendência invertida. Os preços para alimentação e bebidas evoluíram em torno de 20% abaixo do IPCA-geral. Nos setores de habitação, transporte e saúde, os preços evoluíram acima do IPCA-geral em torno de 50%, 20% e 15% respectivamente.

Devido ao elevado peso na composição do índice, o grupo alimentação, constituiu-se em um fator de elevada influência na composição do IPCA-geral. A elevação dos índices de alimentação e bebidas em 1998 (3,09%), pode ser atribuída principalmente ao encarecimento nos preços dos cereais (feijão e arroz), cujo efeito superou o das quedas de preços de produtos como café, açúcar, tubérculos, hortaliças e verduras, que tiveram condições favoráveis de produção (BCB, 1999). Em 2000, o desempenho do setor agrícola, evidenciado pela safra de grãos recorde no ano, possibilitou a trajetória favorável dos preços dos alimentos, sobretudo no primeiro semestre, quando, em alguns meses, ocorreu deflação nesse item. (BCB, 2001)

GRÁFICO I – IPCA alimentação no domicílio, fora do domicílio e alimentação e bebidas



Fonte: IBGE (Base = 1995)

Os preços relativos à habitação (gráfico II) apresentaram alta acentuada de meados de 1995 até 1998, podendo-se atribuir esse crescimento ao Plano Real que impactou no aumento da renda real e, conseqüentemente, no aumento da demanda nesse setor. A partir de 1998 até 2002, os preços apresentaram ligeira queda e crescimento lento e, a partir de meados de 2002, houve alta mais acentuada com tendência de crescimento. Este fato, fez com que, da POF de 1995/1996 para a de 2003/2004, a despesa habitação elevasse a sua participação na despesa familiar total, passando, assim, a aumentar seu peso na despesa familiar dos brasileiros.

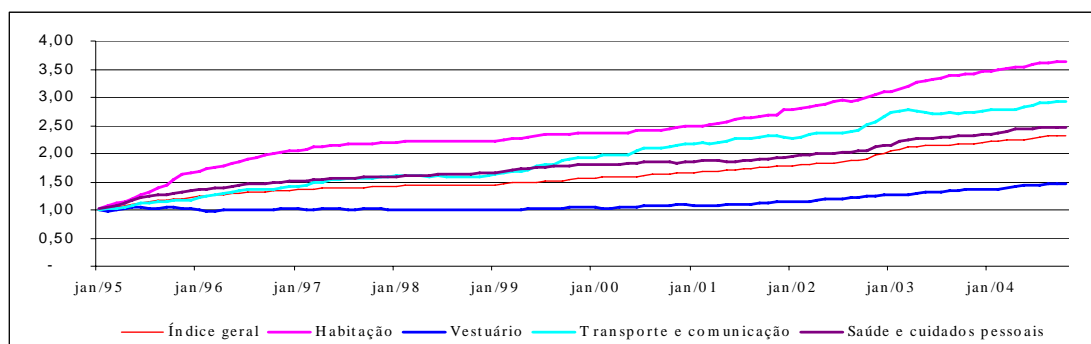
Para o período analisado, a maior pressão altista originou-se do grupo habitação, em que os aluguéis residenciais subiram 35,27%, 8,53% em 1996 e 1997 respectivamente. Entretanto, diversamente do ocorrido nos anos anteriores, o recuo dos preços dos aluguéis em 1998 atuou como importante restrição ao processo inflacionário e contribuiu para relativa queda dos preços nesse ano, além das majorações das tarifas públicas residenciais.

O setor de transporte apresentou crescimento mais acentuado a partir de 2000 com pico em 2003. A variação de 19,91% do item transporte e comunicação se deveu aos reajustes das tarifas de telefones, dos combustíveis e dos transportes públicos. A categoria que contribuiu substancialmente para as pressões altistas do IPCA foi o setor de transportes e comunicações (Gráfico II). Esse crescimento deveu-se à reestruturação das tarifas telefônicas (valor do pulso e da assinatura básica), e aos reajustes dos combustíveis e dos transportes públicos, principalmente a partir de 1997. Cabe ressaltar que, em 1999, os preços dos combustíveis, que já haviam sido reajustados no primeiro semestre, foram novamente majorados (18% no fim e junho e 10% no início de agosto, em nível de

refinaria), em razão não apenas do efeito da desvalorização cambial sobre os custos, mas também pela contínua elevação das cotações internacionais do petróleo. Para o consumidor, os impactos desses fatores traduziram-se em aumentos dos preços da gasolina e do gás de bujão, em torno de 50% e 40% no ano, respectivamente. De modo indireto, o óleo diesel também influenciou os indicadores de preços ao consumidor, ao pressionar os custos com transportes urbanos, item, entre os administrados, com o maior peso nos índices. Deve-se ainda registrar, no caso dos índices do IBGE, o impacto decorrente do encarecimento de 22,79% dos automóveis novos, com o término do acordo automotivo no fim de setembro. Em função desse aumento e dos reajustes de 52,23% da gasolina e de 37,25% do álcool. (BCB, 2002)

Na área da saúde, os preços tenderam a um crescimento lento de 2000 a 2002 quando apresentaram um aumento mais significativo e mantiveram a tendência de crescimento. Os preços relativos à saúde (Gráfico II) apresentaram menor desaceleração a partir de 1996, dada à elasticidade da demanda por estes, a qual foi mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Pode-se dizer que o grupo saúde e cuidados pessoais foi pressionado pelos preços dos produtos farmacêuticos, dos serviços médicos e pela elevação das mensalidades de planos de saúde em geral.

GRÁFICO II – IPCA geral, habitação, vestuário, transporte/comunicação e saúde/cuidados pessoais

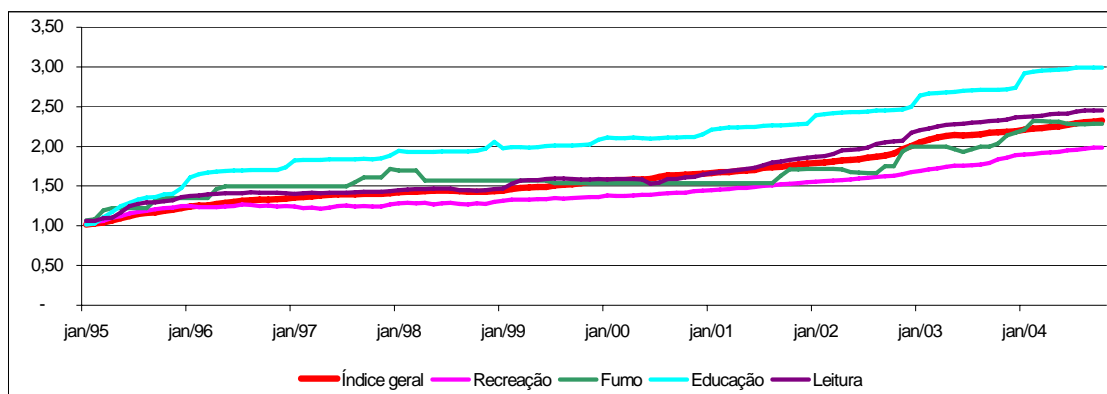


Fonte: IBGE (Base = 1995)

Como pode ser verificado pelo gráfico acima, no setor vestuário, observa-se tendência de queda de 1997 até meados de 1999. A partir de então, os preços de vestuário apresentaram tendência de crescimento abaixo do IPCA-geral.

No setor de educação (Gráfico III), os preços cresceram cerca de 30% acima do INPC-geral no período analisado. Ao contrário dos preços referentes à recreação que apresentaram tendência de crescimento, porém abaixo do INPC-geral. Quanto ao fumo, os preços apresentaram ligeiro crescimento até 1996 e estabilizou-se até 1998, quando apresentaram uma elevação seguida de queda no mesmo ano. A partir de meados de 1998, os preços tiveram uma queda, ficando abaixo do INPC-geral. A partir de 2001, os preços do fumo oscilaram entre elevações e quedas, porém, com tendência de crescimento (BCB, 1997-2003).

GRÁFICO III – IPCA Geral, recreação, fumo, educação e leitura



Fonte: IBGE (Base = 1995)

3.2 Participação nas Despesas

Fatores como a evolução dos preços, da renda das famílias e condições institucionais podem determinar os gastos que as famílias estariam dispostas (ou capazes) de realizar com o consumo.

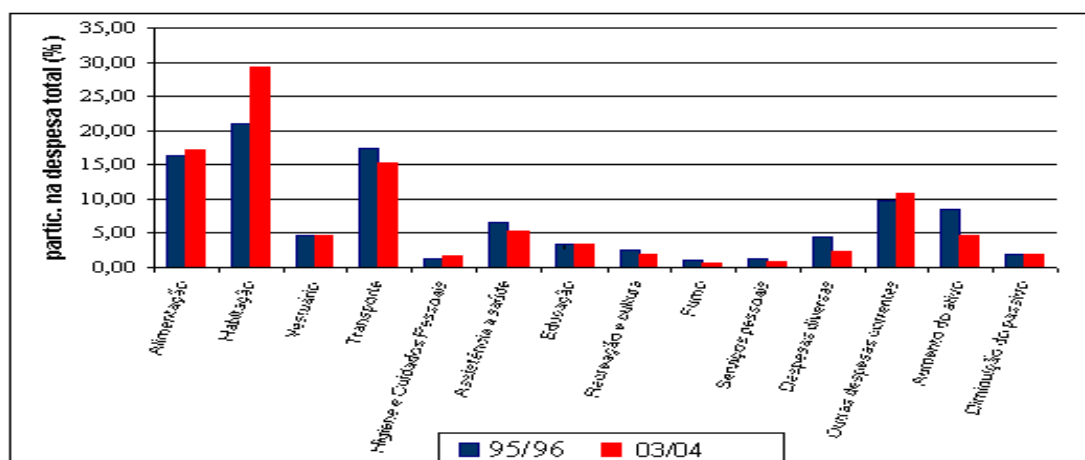
O gráfico IV apresenta a parcela dos gastos das famílias em vários setores de consumo, no total de gastos das famílias, segundo faixas de renda e a evolução entre 1995 e 2003. No que se refere aos gastos com alimentação (gráfico V), nota-se que nas famílias de mais alta renda o gasto ocupa uma parcela menor dos gastos totais, alcançando níveis próximos a 10% em 1995. Esse percentual aumenta para as famílias de menor poder aquisitivo ficando próximo de 20% em 1995, para famílias com renda até dois salários e alcançando níveis próximos a 35% em 1995, para famílias com renda de dois a três salários mínimos. O mesmo ocorre com o setor de habitação (gráfico VI). Para famílias com renda acima de trinta salários mínimos, o percentual de despesas com habitação fica próximo dos 20% em 1995. Esse percentual sobe para 25% quando se trata de famílias com renda até dois salários mínimos em 1995.

Além disso, os dados demonstram que, entre 1995 e 1996, houve redução na parcela das despesas comprometidas com alimentação, exceto para as famílias com renda até dois salários mínimos. Segundo o comportamento dos preços, esse fato pode ser explicado pela tendência à estabilidade a partir de 2003 após um longo período de alta dos preços. No caso da diminuição das despesas para famílias de mais alta renda pode-se inferir a seguinte explicação: a base da alimentação, permanecendo praticamente a mesma para todas as faixas de renda, comparada a rendimentos superiores ocuparia um menor percentual nas despesas. Outra explicação seria o aumento considerável de produtos mais básicos (feijão e arroz) superando as quedas de preços em produtos como café, açúcar, hortaliças e verduras.

O contrário aconteceu com o setor de habitação, visto que houve um aumento significativo do percentual das despesas comprometidas entre 1995 e 2003. Vale ressaltar que isso não significa redução ou aumento de consumo, ou mesmo de gastos absolutos nos setores de alimentação ou habitação. Visto que, conforme já demonstrado, os preços subiram consideravelmente em ambos os setores e o percentual de despesas apresentou queda em um (alimentação) e aumento em outro (habitação). Entretanto, pode-se relacionar o percentual de despesas com o setor habitação diretamente com o comportamento dos seus preços, os quais apresentaram alta considerável de 1998 até 2000. Vale ressaltar, contribuindo para o percentual das despesas com habitação, o aumento dos aluguéis e tarifas públicas residenciais. Esse considerável aumento no setor habitação de 1995 para 2003 foi o fator crucial para o aumento das despesas correntes de 1995 para

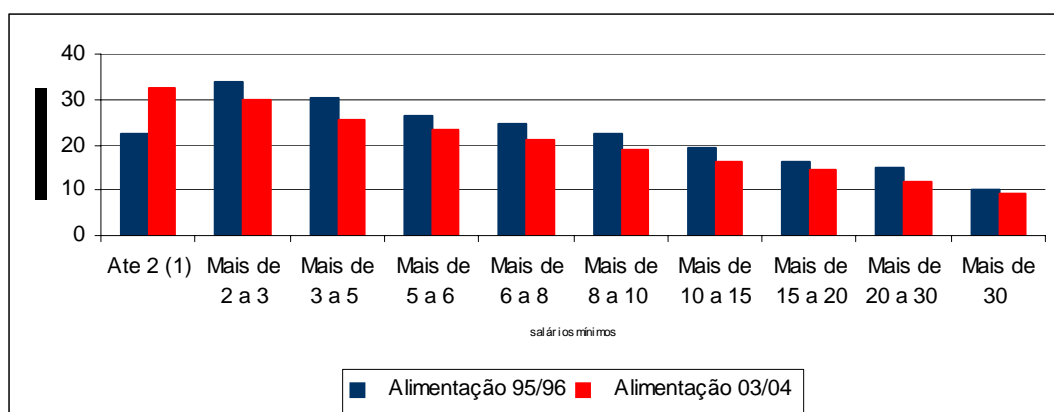
2003 (gráfico VII). Em contrapartida, observa-se a diminuição do passivo e o aumento do ativo no mesmo período (gráficos VIII e IX)

GRÁFICO IV – Participação das despesas por setores nas despesas totais familiar



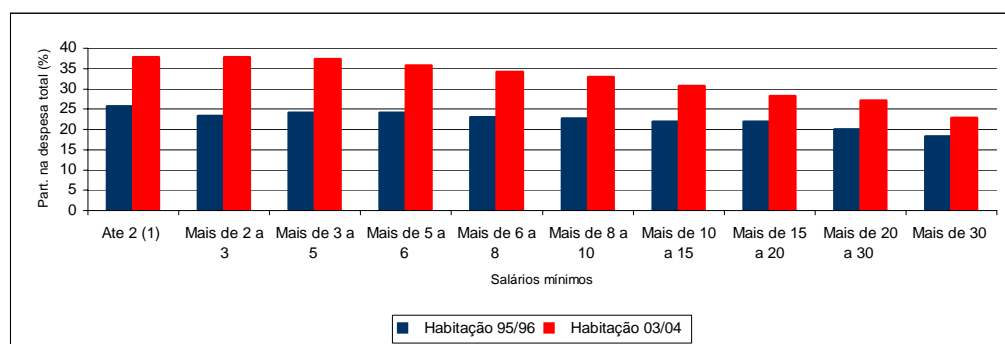
Fonte: IBGE

GRÁFICO V – Participação das despesas com alimentação na despesa total familiar por faixa de renda



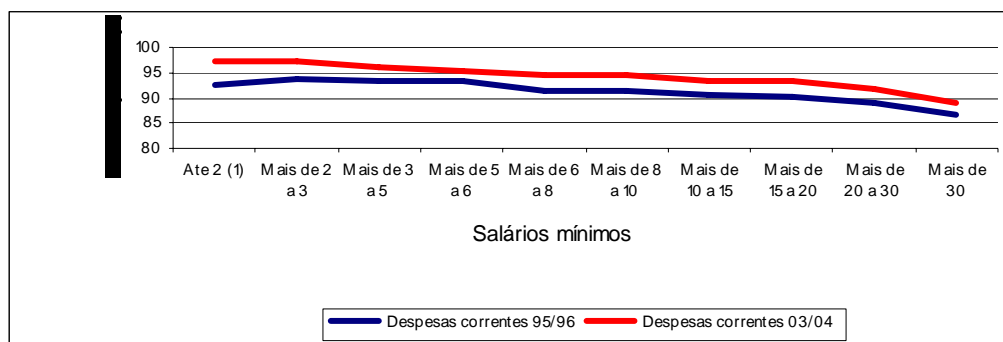
Fonte: IBGE

GRÁFICO VI – Participação das despesas com habitação na despesa total por faixa de renda



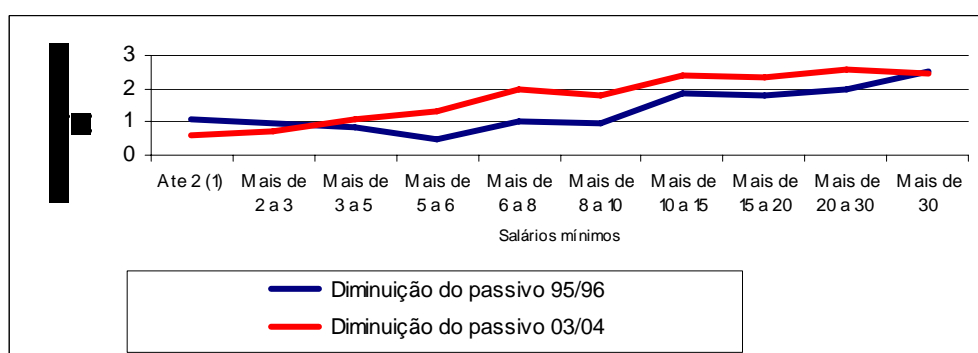
Fonte: IBGE

GRÁFICO VII – Participação das despesas correntes na despesa total por faixas salariais



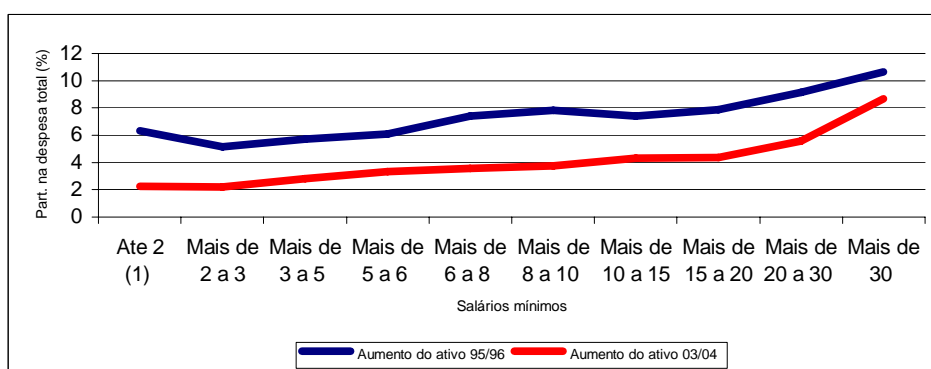
Fonte: IBGE

GRÁFICO VIII – Participação da despesa para diminuição do passivo na despesa total por faixa de renda



Fonte: IBGE

GRÁFICO IX - Participação da despesa para aumento do ativo na despesa total por faixa de renda

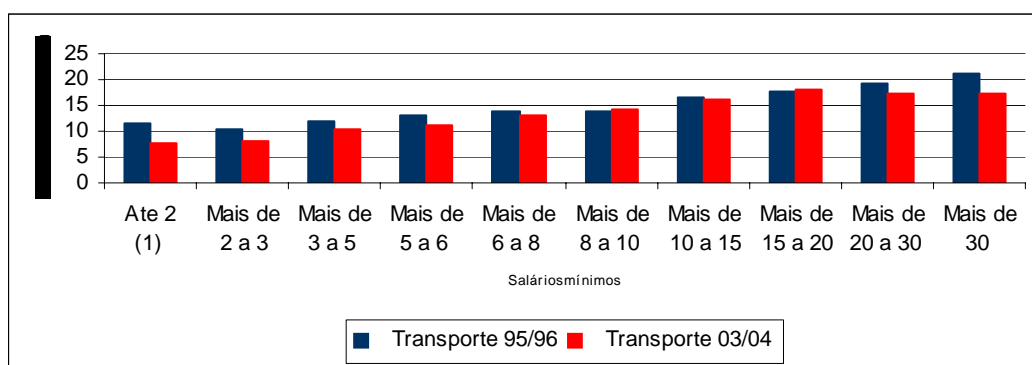


Fonte: IBGE

No setor de transporte e saúde (gráficos X e XI) observa-se que a parcela das despesas comprometidas apresentou redução de 1995 para 2003. No caso dos gastos com transporte, nota-se que o percentual aumenta para as famílias com maior faixa de renda tanto em 1995 quanto em 2003. Esse fato pode ser explicado por estar incluso na categoria a aquisição de veículos, aumentando os gastos para famílias que consomem veículos ou um maior número deles. O aumento das despesas para famílias de mais alta renda também pode ser explicado pelo reajuste nos preços dos combustíveis, visto que, esse fato afeta principalmente as famílias que possuem veículos particulares.

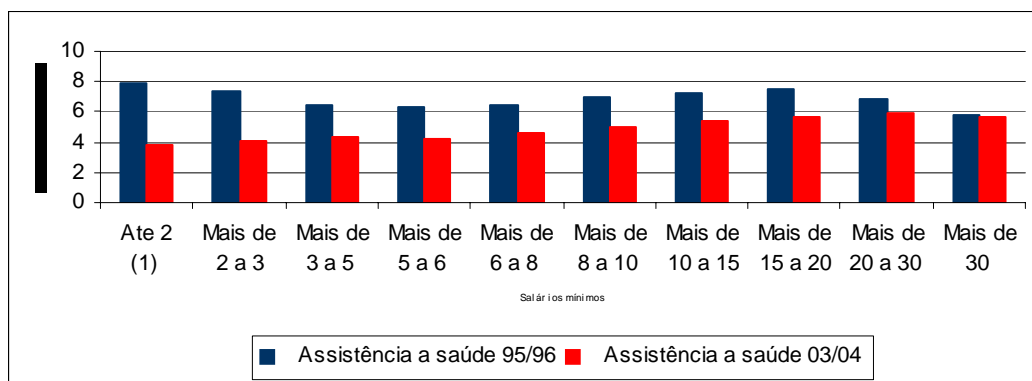
O percentual dos gastos na área da saúde apresentou comportamento bastante distinto de 1995 para 2003 de acordo com as faixas de renda. Em 2003, a tendência foi de crescimento para famílias com maiores rendas. Em 1995, observa-se uma grande parcela comprometida para famílias com renda até dois salários, essa parcela diminui para faixa de renda de cinco a seis salários, depois volta a crescer e diminuir novamente, variando por volta de 80% para famílias de mais baixa renda e 60% para famílias de alta renda. Nesse setor, em 1995, quando os planos de saúde ainda não tinham passado pela reestruturação dos preços, as famílias de mais baixa renda que possuíam os planos, comprometiam uma parcela considerável de suas despesas, diminuindo para as famílias de maiores rendas. Em 2003, a elevação dos preços de remédios e mensalidades de planos de saúde, acarretou o abandono dos planos por famílias de mais baixa renda explicando o comportamento das despesas no setor de saúde.

GRÁFICO X – Participação da despesa com transporte na despesa total por faixas de renda salarial



Fonte: IBGE

GRÁFICO XI – Participação das despesas com saúde na despesa total por faixa de renda salarial



Fonte: IBGE

Interessante notar a evolução do percentual dos gastos com vestuário, educação, recreação e fumo (gráficos XII, XIII, XIV, XV). De maneira geral, a parcela das despesas comprometidas reduziu de 1995 para 2003, acompanhando a tendência em outros setores.

No setor vestuário, as despesas diminuem para famílias com rendas acima de trinta salários, evoluindo de próximo a 50% para famílias com renda até dois salários, atingindo 60% para as famílias que recebem de cinco a seis salários e diminuindo para 30% para as famílias de mais alta renda em 2003.

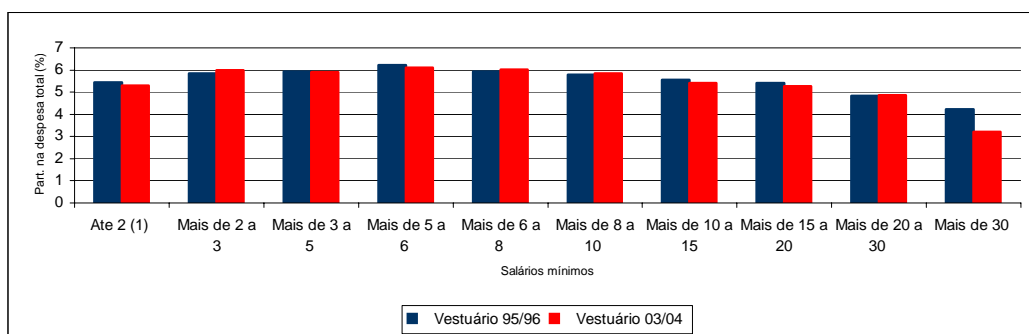
Com educação ocorreu o contrário, o percentual de despesas aumenta consideravelmente de acordo com as faixas de renda. Esse percentual fica próximo a 10%

para famílias com renda até dois salários chegando próximo a 50% para famílias com renda acima de trinta salários em 2003.

De maneira semelhante ocorreu em relação à recreação e cultura, variando em torno de 10% para famílias de mais baixa renda até 20% para rendas mais elevadas. O percentual das despesas com fumo apresenta redução seja de 1995 para 2003, seja das faixas de renda mais baixas para as maiores.

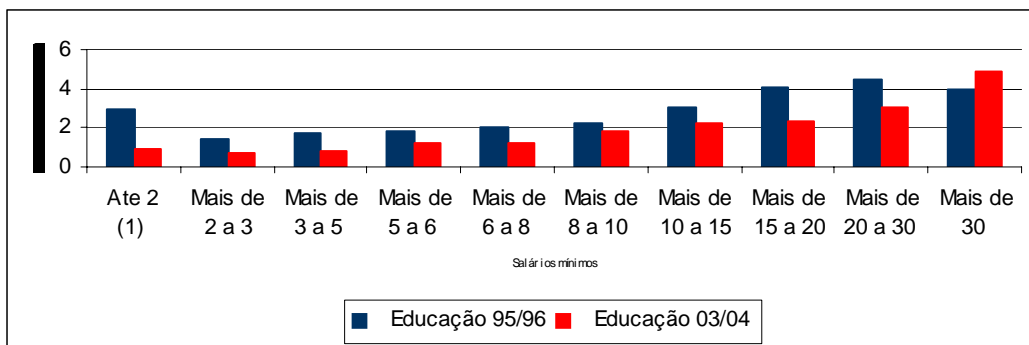
A parcela das despesas com fumo apresentou relativamente baixa, atingindo um pico de 2,5% em 1995 para famílias com renda de dois a três salários, esse percentual diminuiu próximo a 0,5% para famílias de mais alta renda no mesmo ano.

GRÁFICO XII – Participação das despesas com vestuário na despesa total familiar por faixa de renda



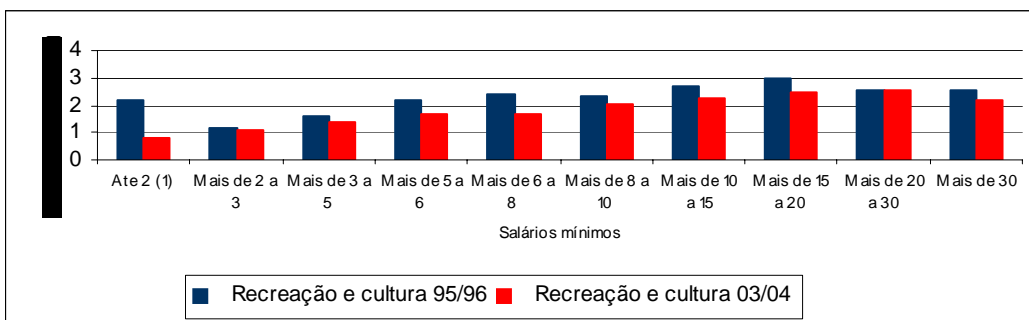
Fonte: IBGE

GRÁFICO XIII - Participação das despesas com educação na despesa total familiar por faixa de renda



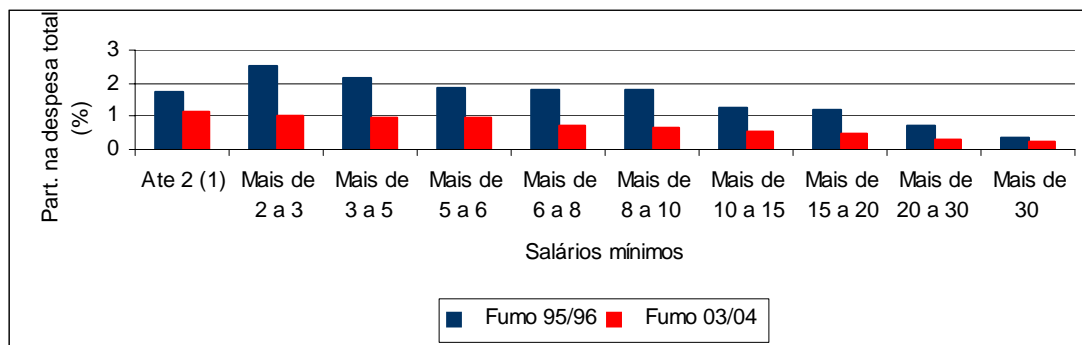
Fonte: IBGE

GRÁFICO XIV- Participação das despesas com recreação e cultura na despesa total familiar por faixa de renda



Fonte: IBGE

GRÁFICO XV- Participação das despesas com fumo na despesa total familiar por faixa de renda



Fonte: IBGE

6. Considerações Finais

Diante do exposto acima, observou-se que a POF de 1995/1996 foi realizada em face a um cenário macroeconômico positivo, marcado pela euforia e frutos positivos do bem sucedido programa de estabilização monetária implementado pelo governo. Com esse programa, os indivíduos tiveram uma recuperação de suas rendas reais e em função disso passaram a ter maior poder aquisitivo, passando a experimentar melhores condições de vida e de consumo.

Contudo, a crise Mexicana, a crise Asiática, a crise Russa, as eleições presidenciais brasileiras, a crise Argentina e outros eventos, ou seja, inúmeros acontecimentos no plano internacional e no ambiente interno ocorridos de 1995 a 2003, tornaram delicado o ambiente macroeconômico no qual foi realizado a POF 2003/2004.

Com isso, o que se percebeu foi que de uma POF para outra ocorreu a elevação das taxas de cambio e juros, apresentando reflexos diretos na expansão do setor produtivo. Em consequência, ocorreu à redução da renda real dos brasileiros e do emprego formal, a elevação do desemprego e do emprego informal. Isto é, as condições de vida dos brasileiros apresentaram uma deterioração. É importante ressaltar que no período do levantamento da POF 2003/2004, o qual compreende junho 2002 a julho de 2003, foi marcado por momentos de grandes turbulências políticas e econômicas devido às incertezas e desconfianças da comunidade internacional com relação à sucessão presidencial.

No que concerne às alterações no comportamento do consumidor em função das mudanças macroeconômicas, ressalta-se que foram significativos os reflexos sobre a habitação, a constituição de ativos e os empenhos com as despesas correntes. Tal fato revela que são piores as condições para os brasileiros constituírem o seu patrimônio, pois estes têm que despender cada vez mais recursos para cobrirem as despesas do dia-a-dia, em especial as com a habitação e por isso, sobram menos recursos para comprarem ativos.

7. Bibliografia

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – RELATÓRIO 1996. A Economia Brasileira – Consultoria de Análise e Política Econômica (Copec). V33. Agosto, 1997, p. 7-30.

_____ – RELATÓRIO 1997. A Economia Brasileira – Consultoria de Análise e Política Econômica (Copec). V33. Agosto, 1998, p. 9-34

_____ – RELATÓRIO 1998. A Economia Brasileira – Consultoria de Análise e Política Econômica (Copec). V33. Agosto, 1999, p. 9-39

_____ – RELATÓRIO 1999. A Economia Brasileira – Consultoria de Análise e Política Econômica (Copec). V33. Agosto, 2000, p. 13-42

_____ – RELATÓRIO 2000. A Economia Brasileira – Consultoria de Análise e Política Econômica (Copec). V33. Agosto, 2001, p.15-45

_____ – RELATÓRIO 2001. A Economia Brasileira – Consultoria de Análise e Política Econômica (Copec). V33. Agosto, 2002, p. 15-51

_____ – RELATÓRIO 2002. A Economia Brasileira – Consultoria de Análise e Política Econômica (Copec). V33. Agosto, 2003, p. 15-46

_____ – RELATÓRIO 2003. A Economia Brasileira – Consultoria de Análise e Política Econômica (Copec). V33. Agosto, 2004, p. 15-46

CONJUNTURA ECONÔMICA . Indicadores da Economia Paranaense. *Revista FAE BUSINESS*, n.6, ago. 2003

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Informações diversas. Disponível no endereço eletrônico: < <http://www.ibge.org.br>>, acessado em nov. 2004

NISHIJIMA, Shoji; TONOOKA, Eduardo Kiyoshi. *Crise cambial brasileira – fundamentos vs. Ataque auto-realizável*. Disponível no endereço eletrônico: < <http://www.rieb.kobe-u.ac.jp/~nisijima/Review1999.PDF>>, acessado em 10 nov. 2004.

PAULA, Luiz F. R. Comportamento dos bancos, posturas financeiras e oferta de crédito: de Keynes a Minsky. *Revista Análise Econômica*, v. 16, n. 29, mar. 1998.

SOARES, R.P. *Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação*. In: *Revista Estudos Econômicos. Planejamento e Políticas Públicas*. N 25, Jun./Dez. 2002

SOUZA FILHO, H.M. de, et al. *Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne bovina no Estado do Paraná*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade e Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais da UFSCAR. Curitiba: IPARDES, 2002. 255 p. (Entidade financiadora: Paraná Tecnologia).